

Campos quer conter gastos

SÃO PAULO (O GLOBO) — O ex-ministro do Planejamento e senador eleito pelo Mato Grosso, Roberto Campos, acredita que não seria possível aplicar hoje as mesmas medidas recessivas imprimidas por ele e pelo Ministro da Fazenda do Governo Castelo Branco, Octávio de Gouveia de Bulhões, a economia brasileira em 1964.

— A situação atual é diferente. Em 1964, nós víhamos da vizinhança do caos social, provocado pela hiperinflação e desintegração política. A sociedade estava psicologicamente preparada para aceitar medidas drásticas. Hoje, a sociedade elevou seu nível de expectativa na esteira dos anos dourados de 1968 a 1973, e tem um grau muito maior de impaciência e de reivindicações — declarou Campos a revista "Veja", que circula hoje.

Célebre criador de frases de impacto, Campos, no entanto, preferiu citar Francis Bacon para estabelecer as diferenças entre as duas épocas: "Para novos males, novos remédios", acrescentando: "Não acredito, por isso, que seja possível ou seja desejável repetir *ipsis literis* a terapêutica então aplicada".

COMO CURAR

Contudo, o ex-ministro do Planejamento acredita que não é possível curar a inflação sem dor, "estabelecendo como condição que a cura não deve implicar desemprego ou recessão". Em sua opinião quando, em 1981, o Governo resolveu equacionar a política cambial provocou acidentalmente um processo recessivo "certamente não desejado", ressalvando, porém, a necessidade de um programa de combate à inflação.

No entender de Roberto Campos, de nada vale a perseuição simultânea de vários objetivos, "como conter a inflação, manter o nível de emprego, promover o desenvolvi-

mento e melhorar a distribuição de renda porque, se a inflação continuar nos níveis atuais, nenhuma dessa meta, por mais louvável que seja, poderá ser atingida". Por isso, ele recomenda a concentração de esforços em um único objetivo.

Para o senador eleito, a urgência em matéria de política econômica deve ser a contenção dos gastos públicos. Ele apontou uma série de distorções presentes na economia, como a política salarial e o volume de subsídios. "A política salarial deve apenas proteger o poder aquisitivo do assalariado. A redistribuição de renda melhor se faria por benefícios indiretos, como na habitação, educação, saúde, e saneamento — que não excitam o produtor e elevar os preços.

Dentro da reforma tributária reivindicada por alguns setores da sociedade Roberto Campos propôs a instituição de um "moderado imposto sobre o patrimônio, de forma a punir os que tenham propósito especulativo — isso pode levar-nos a uma diminuição do ônus que ora aflige a classe média".